



O problema da expertise e as questões da governança ambiental

Alain LÉTOURNEAU



RESUMO

Muitos termos possuem um sentido técnico sem que ele seja evidente para todos, por exemplo, a “governança ambiental”, termo que remete no contexto atual a uma participação cidadã nesse tipo de questão, por exemplo, da saúde de um ecossistema específico, tal como uma floresta ou um vale agrícola, a partir de preocupações partilhadas e não a partir de uma problemática de controle organizacional. Após ter tornado preciso o que é a expertise e quais são os principais problemas postos pelo recurso à expertise nos contextos da ação cidadã, proponho que as expertises técnicas podem ser postas no mesmo patamar que outros tipos de expertise, referindo principalmente aos saberes comuns, à prática e à experiência concreta, dita “de campo”, o que corresponde a uma ampliação. Sugere-se, então, o modelo de fórum híbrido como quadro teórico possível dessa reformulação da concepção de expertise.

PALAVRAS-CHAVE • Expertise. Governança ambiental. Democracia. Fóruns híbridos. Poderes. Interdisciplinaridade. Mudança climática.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o exercício do poder e com a tomada de decisões sobre questões de organização da cidade que afetam a todos, na filosofia como em outras áreas, começa frequentemente pelas declarações de princípios. E, às vezes, busca-se julgar a importância recíproca dos princípios uns em relação aos outros, levando em conta: direitos de uns e de outros e, portanto, a questão da liberdade; equidade e justiça na repartição dos bens públicos; prerrogativa e deveres do estado de direito etc. Entre o direito individual, sua proteção e as exigências sociais de justiça, muitos espaços intermediários da vida são deixados de lado, como por exemplo tudo o que diz respeito às decisões tomadas nas organizações existentes com relação a tal ou qual problema. Entre essas organizações, é preciso também considerar os organismos públicos e as organizações civis. Hoje, o exercício concreto das tomadas de decisão por esses organismos exige frequentemente o recurso a especialistas. No Canadá e seus territórios, já há algumas décadas, tentou-se fazer economia afastando certos expertos da função pública, tor-

nando-se, assim, mais dependente dos serviços privados que estão disponíveis no mercado mediante um preço. Hoje, esse fenômeno do recurso à expertise está presente em todo o planeta.

O que se passa com as questões de ética ambiental? Os pesquisadores especializados nesse assunto limitaram-se geralmente a discutir se a ética ambiental deveria ser ecocentrista ou biocentrista ou, então, se deveria pelo menos ser antropocêntrica. Espera-se, ainda aqui, com base em uma clarificação dos princípios e das justificações, uma orientação prática que se supõe que obtém adesão e conduz a uma reorientação prática. E não se pode dizer que isso tenha funcionado muito bem, apesar dos trabalhos de Naess, Callicott, Jonas e Larrère (cf. Afeissa, 2007; Jamieson, 2003). Do lado da filosofia política, em uma visão normativa, a democracia é vista, desde Rousseau pelo menos, como devendo ser a expressão da vontade popular pelo viés de um sistema representativo, incluindo a divisão dos poderes, mesmo se esse sistema foi concebido em uma época que tinha pouco a ver com a nossa. E como o sistema representativo não satisfaz sempre, nem mesmo amiúde, nossas expectativas, torna-se frequente fazer apelo à participação popular com o objetivo de compensar os limites da representação. Esse discurso deixará também de lado as questões de expertise, que se colocam a todo momento no processo de governança. No entanto, elas são muito importantes; as comissões governamentais estão repletas de expertos de todos os tipos e, certamente, quanto mais um discurso é especializado, menos ele é acessível e criticável, tornando mais difícil a participação do público. Uma maneira de enfrentar o desafio de conciliar debates públicos e a exigência de expertise é a construção de fóruns deliberativos. Mas o impacto dessas experiências, que parece amplamente favorável, é ainda pouco estudado de maneira distanciada.¹

Se nos preocupamos com questões que dizem respeito ao ambiente, sejamos membros de um comitê de recursos hídricos ou se trate de ciência para a indústria, deveremos fazer apelo a pessoas munidas de certa expertise. Isso pode se produzir em função de instâncias “autorreguladas”, por exemplo, um comitê de cidadãos. Pode-se tratar também de práticas de governança que se exercem local ou regionalmente, de maneira contínua, recorrente e frequente. Pensemos nos trabalhos de comitês técnicos que fornecem pareceres aos departamentos de recursos hídricos, ou nos engenheiros chamados em socorro de um comitê de questões fluviais que quer saber o estado de certa barragem ou, em último caso, as condições de sua reconstrução. Como se inte-

¹ Não importam mais, especialmente nos Estados Unidos, as organizações de fóruns deliberativos. Um dos quadros mais importantes é a *National Coalition for Dialogue & Deliberation* (cf. <<http://ncdd.org/>>). Os trabalhos de James Fishkin também foram importantes para o tratamento dessa questão. Ver Fishkin (s.d.), cujos trabalhos são reportados no *Center for Deliberative Democracy* (cf. <<http://cdd.stanford.edu/>>).

ressar pelas florestas, pelos cardumes de peixes, pelos recursos minerais ou pelo cuidado ou gestão dos recursos de água sem dever imediatamente recorrer aos expertos, sem fazê-los sentar no conselho deliberativo? Entretanto, a imensa maioria deles alertou os que decidem sobre os perigos da mudança climática já faz muito tempo... sem grande eficácia de um ponto de vista global. Como compreender essa dificuldade? Difícil deixar de lado, de uma parte, a expertise com sua dificuldade para convencer e, de outra parte, a governança, especialmente no plano internacional, com sua incapacidade de operar de maneira eficaz.

Quanto aos filósofos, sua contribuição até agora pode ter tido uma repercussão relativamente modesta e eles não estão entre os especialistas mais solicitados nas questões ambientais.² Seu papel é, sem dúvida, em parte educacional e motivacional. Para mim, o trabalho filosófico consiste, primeiramente, em esclarecer a situação de um ponto de vista terminológico e conceitual, pois os termos do debate não são claros. Além disso, é preciso perguntar sobre o espaço social e as mediações concretas das quais temos necessidade, que são às vezes instrumentos, às vezes também obstáculos para nos ocuparmos das questões ambientais de maneira eficaz. Para tanto, o filósofo deve apoiar-se nas questões do simples cidadão e também nas ciências humanas e sociais.

Pessoalmente, eu me situo na esteira do pragmatismo ambiental: pensemos, de um lado, nos fundadores do pragmatismo, Peirce, James, Dewey e Mead, e, de outro, nos autores mais recentes dessa vertente na filosofia do ambiente, em particular Light, Minter e Norton (cf. Light e Katz, 1996). Essa perspectiva apresenta, sobretudo, a vantagem de não partir somente de uma consideração de princípio, obrigando a considerar os contextos e o conjunto dos valores relevantes e também os fins visados bem como os resultados previsíveis de nossas ações. Como veremos mais adiante, o problema do papel da expertise na sociedade democrática foi levantado por John Dewey em 1927 em *The public and its problems*. Mesmo as perspectivas que consideram uma democracia mais deliberativa e mais participativa deveriam levar em conta muito seriamente os problemas colocados pelas exigências de expertise em nossas sociedades, incluindo o diálogo com outros tipos de expertise, oriundos da sociedade civil.

Antes de entrar nas questões específicas da expertise ambiental, temos sem dúvida necessidade de relembrar as ideias sobre o que é a expertise.

² São instrutivas as considerações de Norton (2007) sobre a falta de repercussão dos filósofos tradicionais do ambiente, que se basearam apenas em um princípio.

I ALGUNS PONTOS A CONSIDERAR COM RELAÇÃO À EXPERTISE

A expertise se desenvolveu porque as questões a serem tratadas são altamente complexas e demandam uma abordagem extensiva e competente. Faz-se apelo ao especialista porque qualquer outro não estaria em condições de tratar essas questões de maneira igualmente satisfatória. Esse processo é resultado direto da especialização, a qual se desenvolveu progressivamente e continua a fazê-lo. É um pouco como se, centrando-se sobre um tipo de problema, se especializasse o olhar ou a apreensão dos fenômenos, tornando essa apreensão especializada.

Esse processo está também ligado a uma estrutura de custos e de riscos que pertence a diferentes domínios de objetos ou preocupações. Solicitam-se os expertos para tomar a boa decisão porque esta implica enfrentar os riscos apresentados pela situação de maneira eficaz e porque se deve chegar a ela em uma estrutura de custos aceitável. Paga-se por uma opinião especializada precisamente porque ela responde a necessidades que não poderiam ser tratadas adequadamente de outro modo.

Uma grande vantagem da expertise é que, no discurso entre expertos, muitos pontos não precisam ser explicados em detalhe e podem ser rapidamente comunicados, por resumos ou acrônimos. Esse fenômeno é muito visível quando ouvimos um grupo de especialistas discutindo entre si. Essa rapidez de comunicação permite também uma velocidade maior nos tratamentos do caso em questão. A expertise é assim um fenômeno de grupo, há comunidades de especialistas que são necessárias para o seu exercício.

O poder dos peritos vem de seu monopólio relativo sobre um campo de questões e repousa também sobre seu caráter mais ou menos indispensável. Em uma sociedade fundada sobre o mercado, é um poder que tem um preço. Daí a falar de um potencial de chantagem vindo desses especialistas ou daqueles que tornam acessíveis os serviços, há somente um passo. Um medo e um ressentimento mínimo surgem na população, que nutre uma dose de respeito pelo caráter prestigioso do experto. Por essa razão, temos forçosamente necessidade também, como sociedades, de possuir certos mecanismos que nos confirmam poder sobre os peritos. E a maioria deles estima preferível, sem dúvida, controlar-se a si mesmos – e, de certos pontos de vista, sua expertise torna possível e necessária uma certa autonomia.

As expertises são domínios de prática, lugares de intervenção, campos privilegiados que são vistos como reservados a certas pessoas, espécies de territórios no interior dos quais um especialista se encontra como senhor em seu reino. As expertises são muito frequentemente ligadas às práticas profissionais e são demandadas justamente por causa disso. Donde a proteção das fronteiras da expertise: o experto guardará zelosamente seu domínio de intervenção como sendo propriamente seu, mesmo

se ele o tem em comum com um confraria mais ou menos ampla. Além disso, quer se trate do encanador ou do cirurgião especializado num certo domínio, o experto é sempre ao mesmo tempo reconhecido por uma comunidade de expertise e ele se distingue assim e com outros do homem leigo, que não é um experto.

Obter e conservar uma expertise exige uma certa dose de esforço e dedicação de tempo, que especifica e distingue o experto de todos os outros. Com efeito, tempos de formação mais ou menos longos são necessários e a expertise deve também manter-se por um processo contínuo de reatualização.

Quais são as extremidades do espectro da expertise, o que é e não é um experto? Certamente, o experto está separado e é distinto dos outros. Cada pessoa que sabe escrever possui uma expertise, mas isso não a torna um experto na escritura. Mas não parece haver uma solução de continuidade, de um lado, entre o que é uma expertise e, de outro, o que seria de nível tão inferior que não se poderia mais chamá-lo de expertise e que se deveria chamar de outra maneira. Por exemplo, os ofícios são espécies de expertises tal como as profissões. Os engenheiros, mas também os marceneiros e trabalhadores menos especializados, ainda podem reclamar uma expertise. Sempre que um saber prático ou teórico tem necessidade de ser explicado, ensinado e praticado para ser compreendido, tem-se um tipo de expertise. Evidentemente, as expertises podem também ser hierarquizadas, há o cirurgião e o supercirurgião com uma reputação que ultrapassa fronteiras etc.

Há, contudo, expertises mais leves de adquirir e conservar do que outras. Numa extremidade do espectro, certos saberes práticos são relativamente fáceis de adquirir, enquanto, na outra extremidade do mesmo espectro, eles o são muito pouco, até se tornarem muito difíceis de adquirir e/ou muito custosos para produzir e obter, ou mesmo para se conservar. Como o mercado não dá informações adequadas sobre o valor das coisas (contrariamente ao que pretende o mito do mercado), o custo da expertise para terceiros não é necessariamente proporcional à sua raridade ou à dificuldade de obtê-la (cf. Victor, 2008).

Qualificando os saberes práticos e técnicos como sendo expertises, tenta-se pelo menos situá-los no mesmo patamar de outros saberes mais “profissionais”. A expertise não é somente a propriedade de uma casta de diplomados tendo um título reconhecido por uma universidade ou outra instituição prestigiosa de formação (cf. Agrawal, 1995). As expertises práticas são às vezes tão incomunicáveis a terceiros como aquelas dos universitários, podendo igualmente ser indispensáveis. São saberes que se aprendem tanto (se não mais) no espaço de trabalho quanto nas escolas e que têm caráter especializado e não evidente para terceiros.

As visões da expertise são muito diferenciadas. Certos atores e autores reivindicam o título de experto para certos grupos, definindo, por exemplo, o que é um especialista, de um ponto de vista jurídico, em seguro, propriedade intelectual, imobiliário, ou questões técnicas e científicas. Existem, assim, associações de expertos. Outros têm uma visão mais ampla da expertise, uma visão mais inclusiva, similar à que acabamos de apresentar. Esses dois modelos são muito bem ilustrados, respectivamente, pelo artigo francês e o artigo em inglês sobre expertise, sensivelmente diferentes, da Wikipedia (pelo menos em abril de 2013).³

A inteligibilidade dos discursos especializados e, sobretudo, de seus saberes e métodos é limitada para terceiros, pois o pleno sentido do discurso qualificado do especialista somente é acessível dentro de um círculo fechado, mesmo quando seus resultados pretendam-se comunicáveis a ponto de permitir informar as decisões. Terminologias especializadas são exigidas por toda expertise, elas são em alguma medida “caixas pretas” cujo mecanismo é desconhecido pelos não iniciados. Portanto, há uma dificuldade de acessibilidade que corresponde a um relativo fechamento do discurso, que conserva uma boa dose de heterogeneidade para os não expertos. Mede-se facilmente a pouca acessibilidade dos discursos especializados quando se está no meio de uma conversa de uma confraria ou irmandade da qual não compartilhamos a expertise; ela, com efeito, caracteriza-se por um jargão da expertise, que, embora variável em cada caso, é facilmente reconhecível.

Uma das questões que se colocam na tradução do saber especializado para a pessoa leiga (no sentido de não experto) é a de saber até que ponto o experto pode pressupor um saber comum a propósito do domínio da expertise entre os usuários. Essa pressuposição também tem graus. Ela é necessária, visto que funda o recurso aos expertos. Pensemos nos médicos, advogados e engenheiros. Refiro-me a eles porque temos uma expectativa generalizada a seu respeito. Armado com sua especialidade, o especialista supõe certos conhecimentos e certas ignorâncias em seus destinatários, e compreende mais ou menos mal a natureza da competência, ou do conjunto de competências, desses últimos. Essas avaliações mais ou menos adequadas podem certamente ser fontes de atritos.

Se aceitarmos dizer, como quase todos hoje em dia, que o conhecimento não é independente da linguagem, mas que, ao contrário, ele se constrói graças a esta últi-

³ Para uma visão mais rica, dando uma boa amplitude das opiniões, ver <<http://en.wikipedia.org/wiki/Expertise>>. Para uma visão mais restrita, da perspectiva dos que dão ordens, ver <<http://fr.wikipedia.org/wiki/Expert>>. Por sua parte, o artigo alemão acerca da especialização acentua a relação com o contexto, o contraste com o não especialista (leigo) e sua capacidade de reger os problemas; ver <<http://de.wikipedia.org/wiki/Experte>>. O artigo em português, ainda muito breve (2013), toma a posição mais ampla; ver <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Experto>>. Evidentemente, na Wikipedia, tudo depende de quem usa seu tempo e energia para escrever e, em seguida, modificar os artigos.

ma, isso tem consequências. Os diversos domínios de objetos empíricos são estudados, decodificados e interpretados em termos especializados, mas sem essas linguagens especializadas – que são muito desenvolvidas e têm necessidade de alto nível de precisão e, às vezes, do formalismo matemático – não se pode explicá-los adequadamente e, portanto, um conhecimento a seu respeito não pode ser tornado útil e transmissível. O aprofundamento de sucessivas investigações, frequentemente necessárias face aos impasses e defeitos do conhecimento adquirido, deram lugar a deslocamentos, enriquecimentos, mudanças de paradigma e crescente complexidade do conhecimento. O que realiza uma história de transmissão e de crítica, de teste e de ampliação dos conhecimentos. O processo não é orientado nem linear, não mais que a melhoria dos conhecimentos é necessária; ocorre, contudo, que ela se produz. Essas observações não esgotam, evidentemente, o assunto do conhecimento, que está constantemente em construção, mas resta que, sem as expertises que são seu resultado, não teríamos mais eficácia sobre muitos fenômenos, cuja lista seria interminável. Quanto mais a ciência se torna abstrata e quanto mais a expertise se refere a elementos que não são mais visíveis e diretamente perceptíveis, tanto mais somos dependentes delas para conhecer e operar sobre a matéria.

O fato de que os expertos têm discursos especializados pode torná-los insensíveis a muitas outras dimensões das situações, aquelas que não são cobertas por sua expertise. De um lado, eles podem sê-lo a respeito de outros saberes especializados que eles não conhecem. Mas eles também o podem ser a respeito dos saberes práticos, que também compreendem elementos que poderiam, a nosso ver, ser qualificados de expertises. Ampliando as considerações sobre certas dimensões dos problemas, sua expertise oculta outras. O que se ganha em extensão é perdido em compreensão; esse risco, ao menos, é possível.

Como a acessibilidade aos discursos especializados é difícil, isso faz com que o controle da validade e da justeza assim como da exatidão do discurso especializado por terceiros não expertos seja difícil, o que representa uma importante questão. O recurso a especialistas para avaliar a expertise dos outros é, ai de nós, bastante comum e representa custos suplementares para os não especialistas. Essa dificuldade de controle é, ao mesmo tempo, uma proteção para o especialista e seu discurso; sua diferença o valida e o torna socialmente necessário. Para contrabalançar isso, diremos que os saberes especializados devem ser vulgarizados, tornados mais acessíveis. Poder-se-ia falar antes, e talvez melhor, aliás, de tradução, de explicações, de transposições, de educação, de reforçar a acessibilidade do discurso em questão, ao menos em suas considerações aplicáveis. Não se pode, contudo, evitar o fato de que certas sutilezas podem ser perdidas no caminho.

A tradutibilidade das linguagens especializadas tem outros limites, mais sociais e políticos: aqueles que fariam de maneira que de um só golpe a expertise seria tão difundida que não seria mais necessária ou útil. Coisa que pode não ocorrer, pois as expertises estão também em desenvolvimento contínuo, pelo menos elas dão a aparência disso pela renovação de seus métodos, jargão e instrumentos.

Os problemas da acessibilidade da expertise são evidentes diante de tudo o que é similar a uma linguagem matematizada ou expressa em termos técnicos, que bem poucas pessoas dominam. Certas expertises são, no entanto, menos fáceis do que outras de serem notadas, porque se exprimem aparentemente na linguagem ordinária. Encontra-se esse tipo de problema quando se utilizam palavras usuais e difundidas, como a palavra “governança” ou “comunicação”. No entanto, usos aparentemente inocentes de certas palavras escondem sentidos técnicos que estão ligados a comunidades de expertos, que as entendem em sentidos muito diferentes.

2 O CASO DA GOVERNANÇA

Falar de “governança” não remete de maneira evidente às mesmas coisas para todos os leitores ou ouvintes possíveis, mesmo muito instruídos. O termo “governança” é utilizado com diversos sentidos e percebe-se que esses diversos sentidos estão de fato ligados à pluralidade de comunidades de usuários. Há um uso geral que remete simplesmente ao fato de governar de uma maneira determinada. Pode-se, então, fazer referência à velha palavra latina “*gubernare*”, “*governo*”, que se reencontra na palavra francesa “*gouvernail*”. É possível, assim, descrever um governo qualquer. Mas esse sentido muito geral não é seu único uso. Quando o que está em discussão é a gestão de empreendimentos, trata-se de uma abordagem gerencial que supõe um controle em uma organização dada, implicando, portanto, em um conselho de administração em face de um executivo, com o objetivo de exercer controle para evitar que a direção alcance benefícios indevidos em detrimento dos interesses dos acionistas. Mas, no contexto das teorias e práticas ambientais com relação aos “recursos naturais”, seria preciso entendê-la antes no sentido de uma atenção à rede de atores implicados na partilha de poderes e de informação, sobre uma questão que diz respeito ao ambiente, levando em conta os efeitos indiretos (e frequentemente indesejáveis) da ação (cf. Agrawal & Gibson, 1999). Aproxima-se, então, de uma teoria dos “*stakeholders*” ou partes interessadas (*parties prenantes*): a rede de governança não está centrada no controle de uns pelos outros, mas antes no fato de que, fazendo usos diferentes e que estão em parte em competição, os usuários tentam, contudo, colaborar para preservar o recurso.

O todo supondo, assim, uma relação comum com tal recurso compartilhado que serve de centro de referência, floresta, bacia hídrica ou gado.

Essas compreensões diferentes da governança implicam leituras em diferentes direções. E uma comunicação que não toma o cuidado de precisar o sentido que ela dá a expressões que têm um sentido técnico não facilita de nenhuma maneira sua compreensão por terceiros. A expressão composta “governança ambiental” designa para nós, num sentido descritivo, a maneira pela qual as organizações e sociedades humanas se governam por suas decisões, políticas e regras, levando em conta, de uma certa maneira, os efeitos de suas ações sobre o ambiente. De um ponto de vista mais normativo e mesmo ético, a uma governança responsável das questões ambientais corresponderia, na versão descritiva: levando em conta a preservação a médio e longo prazo da qualidade de nosso ambiente para o sustento da vida humana e não-humana sobre a Terra. Seria preciso dizer que estamos muito longe disso?

Ora, todo gestor ou decisor de nível municipal, estadual ou federal deve necessária e continuamente recorrer a especialistas de todos os tipos, como engenheiros, hidrólogos ou hidrogeólogos etc., ou mesmo climatólogos, para fornecer-lhe pareceres sobre quais ações praticar em certa situação. Os atores terão, então, problemas de comunicação, visto que as linguagens não são necessariamente compartilhadas e que os níveis de intervenção são múltiplos: linguagens técnicas, expectativas particulares em relação a meios que não são conhecidos de uma só vez por todos, em particular dos próprios expertos. Também há economistas, especialistas em direito fiscal, urbanistas e muitos outros expertos que são ou devem ser considerados. Não se deve minimizar a importância que representa o ambiente biogeofísico, em particular, para os que tomam decisões econômicas, e vice-versa.

Como agentes práticos, teremos necessidade algumas vezes de explicar ao especialista o que ele tem necessidade de saber. Há uma tendência a sobrevalorizar esses saberes carregados de diplomas que se consideram especializados, frequentemente perdendo de vista outros tipos de saberes, tão importantes e frequentemente mais bem testados: justamente aqueles dos atores em suas práticas, que são por vezes transmitidos de uma geração a outra, por vezes também pelos pares de um grupo de trabalho. Voltaremos mais adiante a essa questão. Os empreendimentos privados também têm forçosamente o interesse de permanecer em contato com as expertises que são pertinentes ao seu domínio de prática. Muitas vezes isso foi verificado no caso de florestas e populações animais ou vegetais em territórios, em detrimento dos engenheiros que certamente também eram escutados pelos decisores, e sempre o foram.

3 OS DEBATES COMPLEXOS PARA O CIDADÃO

Esses debates, contudo, que dizem respeito à água, à energia, à floresta, à pesca, aos ecossistemas, são cada vez mais complexos e difíceis de dominar. Os recursos à expertise são disseminados tanto entre os decisores como junto ao grande público, a saber, as pessoas que desejam manter-se atualizadas e, se possível, participar da discussão (cf. Létourneau, 2012). Se um interesse pelas questões ambientais é algo importante para uma pessoa, esse cidadão se encontra facilmente nos dias de hoje encharcado e quase afogado no discurso especializado de todos os tipos, facilmente disponíveis sobretudo pela internet. E visto que somos utilizadores da internet sempre também em busca de uma informação *confiável*, não abandonaremos as fontes reputadas e válidas de informação como o são as mídias bem estabelecidas, ou novas mídias que terão sabido dar de si uma boa aparência de credibilidade. O que não quer dizer que nos limitaremos a esse tipo de fonte: seria preciso também ir até as ONGs e às instituições reputadas que são conhecidas como boas fontes. A questão das fontes acessíveis da expertise se colocará para todos. Todas as expertises sérias representam um custo de tempo, energia e, algumas vezes, dinheiro.

Como construir coletivamente competências melhores para fazer frente à expertise? Deveremos nos tornar especialistas em expertise? Sem dúvida, precisa-se de um saber prático a esse respeito, sobretudo aquele que consiste em ver a utilidade, mas também os limites, das lentes utilizadas: as expertises são fogueiras crescentes, forçosamente, fatores de ocultação de certos problemas. Já dissemos que o experto corre o risco de perder de vista todas as outras questões que são igualmente importantes, estreitamente ligadas à questão estudada. A solução seria, então, convocar consórcios de expertos tentando cobrir tudo numa abordagem multidisciplinar? Se permanecermos com uma justaposição de saberes especializados, essa solução não será suficiente. Uma abordagem de pesquisa sobre o que se produz no mundo deveria incluir uma melhor consciência dos limites disciplinares por todos os parceiros. Portanto, precisaremos ainda contar com uma forte interdisciplinaridade, o que demanda uma boa dose de interesse de pesquisa, motivação para fazê-lo e um conhecimento do que são as diferentes expertises em questão, o qual se adquire, por seu lado, pela frequência assídua (cf. Létourneau, 2008).

Contra isso, é com razão que já há algum tempo, e por contraste com o prestígio dos saberes especializados, fez-se valer a importância dos saberes contextuais, dos saberes práticos que estão ligados à frequência dos espaços, ao conhecimento prático. Toda a reflexão sobre os fóruns híbridos, feita por Callon, Lascoumes e Barthes, entre outros, está inscrita nessa perspectiva, despontando dessas relações entre expertos e saberes comuns ou saberes práticos uma capacidade de mais bem compreender as

situações, dando-se assim não somente espaços de confrontação e de colaboração, mas também lugares e ocasiões de tradução mútua dos saberes (cf. Callon; Lacoumes & Barthe, 2001). Callon e consortes contam precisamente com a frequência de expertos e de não expertos nos fóruns híbridos, nos quais os segundos devem se explicar e tornar compreensíveis suas questões aos primeiros, e nos quais, além disso, eles não estão ao abrigo de questionamentos e críticas.

A questão da expertise nas sociedades democráticas já tinha sido posta em boa parte pelo debate entre Walter Lippmann e John Dewey. Lippmann tinha sublinhado os defeitos de nossa idealização do “público”: pede-se ao cidadão conhecer tudo a respeito de tudo; eis uma exigência impossível de cumprir. A complexidade e a multiplicidade das questões de interesse nos dirigem forçosamente em direção ao recurso dos expertos, que cada vez mais devem trabalhar em grupos e dar conselho aos governantes. Admitindo que os especialistas são necessários, Dewey sublinha sobretudo que os públicos devem ser construídos a partir das questões e da discussão dos atores; eles não existem em si, mas permanecem possíveis e são exigidos pela democracia. É possível uma educação para manter a expertise sob o fluxo da discussão democrática, mas é preciso desenvolver inicialmente uma concepção interativa e múltipla dos públicos que devem ser construídos (cf. Dewey, 2003 [1927]; Lippman, 2008 [1927]).

Recentemente, monografias especializadas desenvolveram a reflexão específica sobre esse problema no domínio ambiental.⁴ Na prática, os saberes especializados sobre as questões ambientais vão se desdobrar em dois grandes tipos de lugares: os trabalhos práticos em torno de organismos públicos ou privados, tais como agências de bacias hídricas, ministérios, municipalidades ou empreendimentos privados; já para o grande público, isso se fará sobretudo na frequência das mídias, rádio, televisão e jornais, incluindo, bem entendido, as novas mídias eletrônicas, os sítios das ONGs, os *tweeters*, as plataformas das grandes mídias em via de se renovar profundamente na *web*, com toda a integração dos documentos de texto, áudio e vídeo que conhecemos. Assistimos certamente também à eclosão de uma profusão de mídias especializadas, que se dirigem a públicos bem delimitados e cujos conteúdos não são retomados pelas mídias generalistas, por várias razões.⁵ Todos esses tipos de atores têm também necessidade de especialistas e fazem referência a eles. Com efeito, as organizações que acabamos de mencionar também recorrem às mídias e nelas encontram igualmente um

4 Duas obras recentes nos fornecem uma boa porta de entrada para a discussão, além de nos oferecerem uma rica bibliografia: Bocking (2006) e Ascher, Steelman e Healy (2010). Ver também o seguinte número especial: Maxim e Arnold (2012).

5 Alguns falaram, em nossa época, de uma sociedade “*narrowstreaming*”, designando dessa maneira a tendência, já presente com a TV a cabo, de fornecer conteúdos midiáticos para públicos mais específicos. Essa tendência sucederia às mídias puramente “*mainstream*”.

certo “esclarecimento”, tanto sobre os conteúdos que se tornam especializados quanto sobre o trabalho dos próprios especialistas, que são valorizados nos espaços da mídia.

O recurso à expertise ocorre também frequentemente na imprensa escrita e eletrônica, trate-se de problemas de mudança climática, de biodiversidade, de usos de energias renováveis ou não-renováveis. Ao mesmo tempo, a imprensa clássica é limitada no seu emprego dessas linguagens especializadas, pois ela se dá como tarefa atingir o público mais vasto possível. Viver em sociedade democrática significa ter instâncias de representação decisórias em regime de separação de poderes, mas que permanecem em ligações estreitas com uma sociedade civil dada (cf. Habermas, 1997; Nanz, 2009). Também essa sociedade civil, em todo caso, seus membros singulares, terá necessidade da expertise para compreender do que se trata nos debates especializados. Por seu lado, nos limites e com variantes segundo os países, as instâncias de decisão e os gestores públicos devem permanecer em contato estreito com os debates públicos sobre as questões de interesse comum, nem que seja por razões eleitoreiras. Forçosamente, os discursos especializados possuem um limiar muito elevado de dificuldade, o que vai, portanto, exigir do cidadão ou do agente singular uma boa dose de motivação, se ele ou ela deseja somente se interessar ativamente por certas questões de interesse público.

CONCLUSÃO:

PROBLEMAS DAS EXPERTISES MÚLTIPLAS E QUADROS DE GOVERNANÇA

Consideremos o caso das previsões que se quereriam adequadas para preparar uma “adaptação” às mudanças climáticas. Nessa situação, não basta consultar climatologistas, também serão necessários economistas, especialistas em relações internacionais e especialistas da comunicação, sem esquecer os expertos em construção de edifícios ao abrigo dos acasos ambientais, em logística para facilitar o trabalho no caso de evacuação, incêndio ou deslizamento de terreno. Podem-se multiplicar os exemplos. Essas questões estão nas mãos de um pequeno número de expertos, o que põe toda uma série de dificuldades, que mencionamos acima. Visto que essas pessoas não estão habituadas, nem são solicitadas de maneira habitual, a trabalhar juntas, os problemas de comunicação entre elas correm o risco de serem amplificadas. E como o político, antes de tudo, ao menos nas sociedades capitalistas, está ligado aos interesses econômicos, esse tipo de questão tem a tendência de ser tratado de maneira mínima, atribuindo-se um peso prevalente a certas expertises e colocando de lado expertises econômicas mais marginais, por exemplo, a dos economistas ecológicos.

Está claro que a questão prática da expertise não será colocada da mesma maneira se adotarmos um quadro de governança de tipo intraorganizacional, com uma veicidade central de controle sobre os atores, ou se pensarmos a governança como participação de uma rede de atores em que todos têm recursos e expertise. Essas demandas de participação sobre questões complexas e que causam impacto no longo prazo são igualmente muito elevadas e exigem acesso a uma informação vasta e contextualizada.

Curiosamente, quando se trata das expertises, de maneira geral não se examina os fenômenos de fronteira entre expertises, seus pontos de contato e os vazios entre elas. De fato, temos necessidade de desenvolver abordagens interexpertise (que eu saiba, um neologismo). Outros poderiam falar também de transexpertise ou de metaexpertise, sem dúvida com razão. O que é, com efeito, uma expertise senão um tipo de disciplinaridade baseada na resolução de problemas práticos, que difere, portanto, a esse respeito de uma disciplina no sentido acadêmico? Daí decorre a conexão que permite articular a questão da interexpertise com o tema da interprofissionalização, visto que, frequentemente, especialistas também são profissionais.☞

Traduzido do original em francês por Plínio Junqueira Smith

Alain LÉTOURNEAU

Departamento de Filosofia e de Ética Aplicada,
Faculdade de Letras e de Ciências Humanas,
University de Sherbrooke, Canadá.
Alain.Letourneau@USherbrooke.ca

The problem of expertise and the question of environmental governance

ABSTRACT

Many terms have a technical meaning although it is not evident for everyone, for example, the “environmental governance”, term that refers in the present context to citizen participation on this type of question, for example, of the health of a specific ecosystem, such as a forest or an agricultural field, from shared preoccupations and not from a problematic of organizational control. After having made precise what is the expertise and what are the main problems posed by the recourse to the expertise in the contexts of citizen action, I propose that technical expertise can be tantamount to other types of expertise, referring mainly to profane knowledge, to the practice and concrete experience called “of field”, which corresponds to an enlargement. Then it is suggested the model of an hybrid forum as a possible theoretical frame of this reformulation of the conception of expertise.

KEYWORDS • Expertise. Environmental governance. Democracy. Hybrid forum. Power. Interdisciplinarity. Climatic change.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFEISSA, H. F. (Ed.). *Éthique de l'environnement*. Paris: Vrin, 2007.
- AGRAWAL, A. Dismantling the divide between indigenous and scientific knowledge. *Development and Change*, 26, 3, p. 413-39, 1995.
- AGRAWAL, A. & GIBSON, C. C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. *World Development*, 27, 4, p. 629-49, 1999.
- ASCHER, W.; STEELMAN, T. & HEALY, R. (Ed.). *Knowledge and environmental policy. Re-imagining the boundaries of science and politics*. Cambridge: The MIT Press, 2010.
- BOCKING, S. *Nature's experts. Science, politics, and the environment*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2006.
- BRUNKORST, H.; KREIDE, R. & LAFONT, K. (Ed.). *Habermas Handbuch*. Stuttgart: Metzler Verlag, 2009.
- CALLON, M.; LACOUSMES, P. & BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain*. Paris: Seuil, 2001.
- DEWEY, J. *Le public et ses problèmes*. Traduction J. Zask. Paris: Farrago, 2003 [1927].
- GOODWIN, J. (Ed.). *Between scientists and citizens: proceedings of a conference at Iowa State University*. June 1-2, 2012. Ames: GPSSA, 2012.
- HABERMAS, J. *Droit et démocratie*. Traduction C. Bouchindhomme & R. Rochlitz. Paris: Gallimard, 1997.
- JAMIESON, D. (Ed.). *A companion to environmental philosophy*. Oxford: Blackwell, 2003.
- LÉTOURNEAU, A. La transdisciplinarité considérée en général et en sciences de l'environnement. *Vertigo*, 8, 2, Oct. 2008. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/index5253.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- _____. Professors and scholars as experts: problem setting and methodological considerations for the examination of newspaper articles. In: GOODWIN, J. (Ed.). *Between scientists and citizens: proceedings of a conference at Iowa State University*. June 1-2, 2012. Ames: GPSSA, 2012. p. 253-62.
- LIGHT, A. & KATZ, E. (Ed.). *Environmental pragmatism*. London: Routledge, 1996.
- LIPPMANN, W. *Public opinion*. New York: Free Press, 1922.
- _____. *Le public fantôme*. Paris: Demopolis, 2008 [1927].
- MAXIM, L. & ARNOLD, G. (Ed.). *Les chercheurs au cœur de l'expertise*. Paris: CNRS Éditions, 2012.
- NANZ, P. Öffentlichkeit. In: BRUNKORST, H.; KREIDE, R. & LAFONT, K. (Ed.). *Habermas Handbuch*. Stuttgart: Metzler Verlag, 2009. p. 358-60.
- NORTON, B. G. *Sustainability*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- VICTOR, P. A. *Managing without growth*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

